

Educação patrimonial: práticas alternativas, memórias, identidades e representações¹

Patrimonial education: alternative practices, memories, identities and representation

Vítor Hugo Garais

Resumo

A ausência de políticas efetivas de preservação do patrimônio cultural, na maioria das cidades, impede que os vestígios do passado venham a colaborar na compreensão mais clara do mesmo, sujeitando-os à destruição ou descaracterização. A cidade e seus elementos, elaborados por quem nela habita, são referências da identidade e permitem que se recontem, pelos fragmentos do passado, a sua história. Propõem-se, através de atividades de Educação Patrimonial, envolvendo a arte funerária dos cemitérios, uma apropriação do passado, pela comunidade, no presente, ativando a memória, recuperando as conexões perdidas, os traços da identidade, criando experiências de inclusão e, principalmente, exercitando a cidadania.

Palavras-chave: memória, educação patrimonial, identidade.

Abstract

The absence of effective politics of cultural patrimony preservation in most cities, prevents the tracks of the past from coming to collaborate on this clearer understanding, subjecting such remains to destruction or loss of their characteristics. The city and its elements, which are elaborated for those who inhabit it, are references of an identity and allow us to retell history by the fragments of the past. It seeks, through activities of Patrimonial Education, involving the mortuary art of the cemeteries, an appropriation of the past by the community in the present, activating memories, recovering lost connections, lines of identity, creating inclusion experiences and, mainly, exercising citizenship.

Key Words: memory, patrimonial education, identity.

As cidades, em algum local de suas ruas, casas, praças, etc., guardam testemunhos do fazer cultural de seus habitantes, em suas diver-

sas manifestações. Por isso, o patrimônio cultural, constituído no espaço, ocupado por uma cidade, representa, em última análise, sua his-

¹Trabalho resultante do projeto de pesquisa desenvolvido para a monografia de conclusão do curso de Especialização "Novas Abordagens do Ensino da História" (ULBRA), em 2004.

Vítor Hugo Garais é Especialista em Ensino da História (ULBRA). Professor e Coordenador da Área de Ciências Humanas do Instituto de Educação São José, Montenegro/RS.

Endereço para correspondência: garais@ibest.com.br

tória construída no tempo. Os elementos constituintes da cidade, elaborados por seus habitantes, no tempo, são referenciais da sua identidade, pois é através destes fragmentos do passado, da comunidade, que os indivíduos podem recontar sua história.

Contudo, percebe-se, na atualidade, como um dos efeitos da modernização das atividades produtivas, num dado espaço urbano, a desestruturação dos vínculos identitários, gerando uma sensação de indiferença, em relação à bagagem cultural construída. Estas transformações sociais processadas emergem, tanto local, quanto mundialmente (HOBBSBAWM, 1995: 13).

Todavia, a cidade deve ser percebida e, principalmente, entendida não só como volume construído, ao longo do tempo, mas, sim, como uma associação entre o meio físico e social. Quando vista como representativa da vida em sociedade, a cidade é elemento importante na significação e identidade dos grupos sociais que nela habitam. No espaço urbano é que estão contidos os sentimentos, as experiências dos indivíduos, que nela habitaram ou ainda habitam, registradas nos lugares onde se estabeleceram as relações sociais, de poder, etc. Assim, é por meio do espaço da urbe que se desenvolve a memória da comunidade e sua história.

Neste sentido, diante da perspectiva de destruição, tanto da cultura material, quanto da cultura imaterial, do esquecimento do passado vivido, mediante à seleção de lembranças por interesses imediatistas, o presente trabalho objetiva trazer um novo olhar sobre a compreensão acerca da trajetória do resgate de memórias, através das práticas de Educação Patrimonial. Verifica-se, pois, que os “restos do passado”, que possibilitam seu conhecimento multifacetado, são escassos, e os ainda existentes correm o risco de serem perdidos por falta de meios adequados a sua conservação.

Dessa forma, a finalidade do questionamento desta realidade vem despertar a consciência da comunidade para a necessidade de preservação dos seus bens culturais, pois é através deles que a memória individual e coletiva, as conexões e as tramas das relações desenvolvidas, no espaço urbano, poderão contribuir para o restabelecimento dos laços afetivos há muito rompidos, emergindo um sentimento de

pertencimento ao lugar que se habita e à comunidade, da qual se faz parte.

O conceito de memória nos remete, necessariamente, a outro: o passado. Pois, ao definir-se memória como sendo lembranças, reminiscências, vestígios ou, ainda, meio que permite armazenar, ordenadamente, o acontecido, numa dada época e espaço, evocamos o passado, ou seja, o tempo que ficou perdido e não voltará jamais. Mas, se a memória pode ser definida como sendo lembrança, necessariamente, também é composta pelo esquecimento, uma vez que um não existe sem o outro, no processo de atualização do passado, quando evocado.

Assim, por meio da memória, é estabelecida uma relação entre o passado e o presente, e sendo esta um elemento do cotidiano, é sujeita a modificações e alterações, interagindo com o presente e permitindo uma visão do futuro. A memória, em sua faceta individual e coletiva, está ancorada ao patrimônio cultural, de onde se projetam as representações do lugar, que determinada sociedade humana habita. Assim, pode-se afirmar que a memória nos dá a sensação de pertencimento e existência. Daí a importância dos chamados lugares de memória para as sociedades humanas e para o indivíduo.

A preservação do patrimônio cultural, sob este prisma, é fundamental para a manutenção e o encontro da identidade, permitindo o surgimento do sentido de segurança face às mudanças da sociedade. Também, o contato com estes indícios do passado humano colabora na identificação da dinâmica das ações do ser humano, individual e coletivamente, bem como nas diversas respostas que foram elaboradas, através do tempo, aos desafios.

Além disso, a preservação do patrimônio pressupõe um projeto de construção do presente e, por isso, se revela essencial, na medida em que este patrimônio esteja vivo no presente, vivo para que as pessoas que o cercam possam, de algum modo, usufruir dele. Esta reintegração, articulada por intermédio das práticas educacionais de resgate e preservação, pode unir o “corpo” e a “alma” de uma cidade, fazendo com que um prédio, uma praça, um prato típico ou uma forma de linguagem faça sentido para nossos olhos modernos.

O risco que uma comunidade corre, ao



ignorar seu patrimônio histórico, é a perda do que os cientistas sociais chamam de memória coletiva, quando símbolos culturais materiais e imateriais importantes são “demolidos”, uma vez que a comunidade perde suas referências fundamentais que prejudicam, definitivamente, a compreensão de seu passado e, conseqüentemente, a ausência da consciência histórica do presente.

[...] a história é sempre um olhar do presente em direção ao passado, [...] olhar que vem do presente e busca a preservação da memória, e vem principalmente quando esta se encontra em perigo, os momentos de memória vêm resgatar identidades que estão de alguma forma ameaçadas de esquecimento. (BENJAMIN apud GIOVANAZ, 2002: 6)

Contudo, as propostas da chamada Educação Patrimonial, de modo geral, não se constituem de ações que visam ao resgate da História, mas, sim, da memória, pois, como afirma Luporini, baseada em Nora:

[...] a diferença entre memória e História, as quais embora articuladas, possuem características bem definidas:
Memória é a vida, emerge de um grupo que ela une, é múltipla, coletiva, plural e individualizada, é afetiva e mágica, se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto; [...];
História é uma representação do passado, é operação intelectual que demanda análise e discurso crítico, possui vocação universal, liga-se às continuidades temporais, estabelece relações, trabalha com o relativo; a materialidade da História ocorre por meio da produção do conhecimento histórico (NORA apud LUPORINI, 2002: 332)

Nesta perspectiva, optou-se por uma formulação que transcendesse os habituais objetos utilizados na metodologia da Educação Patrimonial, pretendendo-se despertar a consciência preservacionista, partindo-se do espaço, que constitui o cemitério de uma cidade, patrimônio da comunidade, ainda sobrevivente, em meio a uma nítida “demolição” dos referenciais contribuintes, para a compreensão do passado e da caracterização identitária do espaço urbano no presente, como afirma o historiador Eric Hobsbawm:

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem (HOBSBAWM, 1995: 13)

Tendo em vista a ausência de instituições de memória, como arquivo ou museu, que organizam o acervo documental, ainda existente, nas pequenas cidades, vê-se, nos cemitérios, uma possibilidade de abordar, de forma diferente, a questão do resgate da memória na comunidade, contribuindo para uma versão reformulada da história local.

Neste sentido, Bellomo afirma que:

[...] os cemitérios reproduzem a geografia social das comunidades e definem as classes locais. [...] as sociedades projetam nos cemitérios seus valores, crenças, estruturas socioeconômicas e ideologias. Deste modo, a análise permite conhecer múltiplos aspectos da comunidade, constituindo-se em grandes fontes para o conhecimento histórico (BELLOMO, 2000: 15)

Assim sendo, a análise da Arte Funerária, realizada a partir das obras encontradas nos cemitérios, conforme Bellomo (2000), além de revelar as posições dos indivíduos perante à morte e ao gosto artístico de um dado lugar, propicia o estudo do espaço funerário, que se constitui em fonte para estudos sobre a formação étnica da população local, as crenças religiosas e as indicações da evolução econômica.

Entretanto, os cemitérios assumem, dentre estes papéis possíveis, talvez, o mais importante vestígio material, que possibilita o resgate e a preservação da memória individual e coletiva. Pois, Bellomo (2000) considera “[...] que a memória coletiva é fundamental para a formação da identidade e da coesão da família ou da comunidade [...]” e, é o estudo, a análise dos espaços funerários, que possibilita conhecer a ação dos agentes históricos, ao longo das gerações e, principalmente, o processo histórico do lugar, ampliando os horizontes sobre sua história, proporcionando novas leituras da sociedade.



de multifacetada, sem perder de vista o espaço por ela ocupado, o tempo e a memória.

A proposta de Educação Patrimonial fundamentada e descrita, a seguir, parte da compreensão dessa diversidade de manifestações, que formam o que denominamos Patrimônio Cultural e que, muitas vezes, não são reconhecidas, nem valorizadas pela cultura formal e dominante da própria comunidade onde ocorrem.

A proposta foi planejada, com o intuito de instigar uma atividade reflexiva que leve à percepção de que as práticas de Educação Patrimonial são partes de um processo pedagógico mais amplo, no qual é fundamental incorporar a preservação e a valorização do patrimônio cultural. E que, a partir de suas intervenções, podem, efetivamente, contribuir para a reafirmação da identidade individual e coletiva.

A Educação Patrimonial pode ser assim um instrumento de “*alfabetização cultural*” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao desenvolvimento da auto-estima dos indivíduos e comunidades, e à valorização de sua cultura, como propõe Paulo Freire em sua idéia de “*empowerment*”, de reforço e capacitação para o exercício da auto-afirmação (HORTA, 2003: s.p.)

Assim sendo, objetiva-se, por intermédio destas práticas, possibilitar o envolvimento da comunidade, na gestão do Patrimônio, desencadeando um sentimento de responsabilidade em seu seio, refletindo, também, em ações concretas do poder público, co-responsável por sua preservação, levando a coletividade a se apropriar dos bens culturais, usufruindo deles e dos valores que constituem o Patrimônio local. Desta forma, a Educação Patrimonial é fomentadora do diálogo entre a comunidade e as instituições competentes pela identificação, proteção e promoção do Patrimônio, utilizando-se de suportes e “lugares de memória” (NORA, 1993).

Por se tratar de uma proposta interdisciplinar de ensino, a Educação Patrimonial é enfatizada no artigo 26, da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 9.394/96, onde podemos observar uma abertura de espaço, nos currículos escolares, para o

estudo de características locais e regionais da sociedade e da cultura que o aluno vive. A partir disso, existe a possibilidade de construção de propostas de ensino voltadas para o conhecimento e divulgação de acervos culturais de estados e municípios.

Conforme afirma Horta, a metodologia específica da Educação Patrimonial tem se revelado um excelente instrumento de ensino, uma vez que

[...] pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente. Outro aspecto de fundamental importância no trabalho da Educação Patrimonial é o seu **caráter transdisciplinar**, podendo ser aplicado como método em todas as disciplinas [...] (HORTA, 2003: s.p.)

Neste sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são inovadores, na medida em que, principalmente, no Ensino Fundamental da educação básica, possibilitam o desenvolvimento de trabalhos com caráter interdisciplinar que, juntamente com os denominados “Temas Transversais” (com relação à Educação Patrimonial, enfatizam os temas de Pluralidade Cultural e Meio Ambiente), perpassam as diferentes áreas do conhecimento dos currículos escolares, colaborando no estudo do Patrimônio Cultural, resultando em projetos de Educação Patrimonial para sua concretização.

Segundo Stephanou, com a realização de projetos de Educação Patrimonial, os professores poderão proporcionar aulas diferentes, fora da escola, onde

[...] os alunos vivenciarão uma formação substancialmente diferenciada se pudermos fazer com que passem da condição de executores de ações oficiais de preservação patrimonial para a condição de co-autores de práticas planejadas intencionalmente por eles e seus professores e/ou comunidades, transfor-



mando efetivamente suas atitudes frente à memória coletiva e individual (STEPHANOU, 1999: 47)

Sob esta perspectiva, ainda, conforme Stephanou (1999), as escolas estarão preparando seus alunos para conviver com culturas diferentes, ou por diversidade étnica ou temporal, mediando a compreensão de outros costumes, além dos seus e de outras formas de pensamento. Desta forma, temos alunos que, instrumentalizados com novas práticas e aprendizagens, podem valorizar as experiências de sua comunidade, assumindo-as como sendo um patrimônio construído. Tal instrumentalização levará a uma postura prático-reflexiva, onde a busca e a produção de conhecimentos são eixos centrais. Além disso, o conhecimento produzido pelos educandos se processa numa abordagem ativa, traduzida no “aprender a fazer fazendo” (STEPHANOU, 1999: 47), através da pesquisa e registro das atividades.

A efetivação de práticas de Educação Patrimonial abarca pontos essenciais que, segundo Bergamaschi e Stephanou (2002), se referem ao resgate de memórias do esquecimento individual e coletivo, provocando sua emergência múltipla e dinâmica, reavendo e apropriando-se do que estava depositado no esquecimento, o que leva a renascer sentimentos de pertencimento, de identificação nos indivíduos e na coletividade, por meio da restituição de lembranças. Tais práticas levam, também, ao registro, inscrevendo na memória, tornando-se prática, um hábito, pois, assim como a historiografia, a memória individual está sempre sendo reescrita por novas lembranças, novos esquecimentos, novas ênfases, a cada geração, para que se torne inteligível. E, ainda, há a necessidade de preservação, ou seja, conservação, livrando da “demolição”, a fim de levar as memórias ao conhecimento da sociedade, de um autoconhecimento para uma auto-aprendizagem.

Também, Horta (2003) enfatiza a utilização do Patrimônio Cultural, no processo educacional, no intuito de provocar situações de aprendizagem, acerca do processo cultural e suas manifestações, levando o aluno a despertar interesses sobre a necessidade do conhecimento do seu passado, para resolver questões mais significativas, na sua vida cotidiana pessoal e coletiva. Sob esta ótica, considerar que

[...] o patrimônio histórico e o meio ambiente em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles. Nesse sentido podemos falar na “*necessidade do passado*”, para compreendermos melhor o “presente” e projetarmos o “futuro”. O estudo dos remanescentes do passado motiva-nos a compreender e avaliar o modo de vida e os problemas enfrentados pelos que nos antecederam, as soluções por eles encontradas para enfrentar esses problemas e desafios, e a compará-las com as soluções que encontramos hoje, para os mesmos problemas [...]. Podemos facilmente comparar essas soluções, discutir as causas e origens dos problemas identificados e projetar as soluções ideais para o futuro, num exercício de consciência crítica e de cidadania. (HORTA, 2003: s.p.)

Assim sendo, apresentamos uma proposta de Educação Patrimonial, dentre as várias possíveis de serem formuladas, a partir de pesquisa e análise, cujos objetos culturais se constituem nos cemitérios, que se revelaram, no decorrer das pesquisas de campo e bibliográfica, como excelentes lugares para aulas de História, com abordagens interdisciplinares, bem como com a transmissão de conceitos de preservação patrimonial e cidadania.

Geralmente associados a filmes de terror, a almas penadas e a histórias de fantasmas, os cemitérios são lugares que costumam causar medo em crianças e, até mesmo, em alguns adultos. No entanto, os cemitérios podem ser uma fonte de informação fundamental para o conhecimento. Segundo Horta, é uma fonte primária de conhecimento

[...] sobre a rede de relações sociais e o contexto histórico em que foi produzido, utilizado e dotado de significado pela sociedade que o criou [...]. **Descobrir esta rede de significados**, relações, processo de criação, fabricação, trocas, comercialização e usos diferenciados, que dão sentido às evidências culturais e nos informam sobre o modo de vida das pessoas no passado e no presente, em um ciclo constante de **continuidade, transformação e reutilização** [...]. Esta “*re-funcionalização*”, ou “*re-significação*” dos objetos [e dos lugares] de uso cotidiano oferece um excelente tema de exploração, discussão e pesquisa, dentro e fora da sala de aula (HORTA, 2003: s.p.)



Assim, um dos objetivos iniciais desta proposta é instrumentalizar, através da metodologia da Educação Patrimonial, o resgate de memórias da cidade, submersas no esquecimento dos indivíduos e da coletividade, valendo-se de objetos e saberes que contribuam na elaboração de múltiplos significados e conteúdos sobre o patrimônio, permitindo retornar à memória individual e, por conseguinte, coletiva, à percepção e ao reconhecimento dos valores socioculturais locais.

Tais objetivos fundamentam-se na idéia de que toda e qualquer cidade oferece recursos que permitem aos indivíduos contatar a memória coletiva da comunidade a qual pertencem. Neste sentido, não só os museus se constituem em espaços provocadores de novas aprendizagens, mas também os chamados “museus ao ar livre”, ou seja, os lugares da cidade que levam impressos valiosos vestígios do passado (SERULNICOFF, 2000).

Abarcando a metodologia de Educação Patrimonial, propõe-se a visitação aos cemitérios, com o objetivo de identificar os túmulos dos fundadores do núcleo urbano, nos quais os cemitérios estão inseridos, bem como os túmulos mais antigos que, com suas variações dimensionais e artísticas, constituem vestígios de uma época, onde são raras outras formas de registros documentais.

Tendo em vista que os cemitérios são “lugares de memória”, marcas e testemunhos de uma outra época, torna-se fundamental o estabelecimento de uma relação entre a realidade da cidade, caracterizada, na maioria dos casos, por uma desvinculação entre o passado e o presente, resultando numa amnésia coletiva e ocasionando a perda das raízes identitárias dos grupos sociais que a compõem na atualidade. Assim, conforme Giovanaz, “a realidade é de destruição dos lugares de memória, de desenraizamento, de desconstrução dos suportes sociais da memória coletiva” (GIOVANAZ, 2002: 3). Além disso, conforme afirma a autora, os cemitérios, bem como outros lugares de memória, são marcos no presente de um tempo que não voltará mais, em meio à sociedade, onde os indivíduos valorizam, por influência ideológica, o novo, e não o antigo, o imediato, e não o passado.

Neste sentido, torna-se necessário, por meio da metodologia de Educação Patrimonial,

despertar a consciência em relação a este passado, ainda presente nos chamados lugares de memória, como nos cemitérios, onde a identidade também teve seu lugar de construção. “[...] No momento em que um grupo volta o olhar para o passado, sente que permaneceu o mesmo e se conscientiza de sua identidade, preservada ao longo do tempo” (GIOVANAZ, 2002: 5).

Além dos seus significados e da importância dos cemitérios para uma abordagem acerca da cultura da morte e da tradição cristã, uma vez que eles, originalmente, estavam fora dos limites das cidades, seja pela sua distância física para com as cidades, seja pela sua delimitação por muros, numa típica representação da separação entre as “cidades dos vivos” e as “cidades dos mortos”, é importante salientar que se tornaram uma fonte de memória, possibilitando-nos o resgate da dinâmica das relações sociais locais e da evolução da ocupação espacial do território sobre o qual, hoje, se ergue a cidade, além do desenvolvimento socioeconômico dos diferentes grupos sociais que a habitaram nesta trajetória.

Tais aspectos tornam-se relevantes, à medida em que consideramos que a constituição destes “lugares de memória”, os cemitérios, têm ligações estreitas com a fundação do núcleo urbano, adquirindo maior importância quando se observa a interação dos diferentes grupos étnicos e sociais, em seu acervo cultural, com forte caráter religioso, principalmente, no que se refere aos rituais em torno da morte.

Tento em vista tais considerações, a presente proposta visa incentivar a visitação aos cemitérios das cidades, através de caminhadas guiadas em diferentes roteiros, com o intuito de despertar memórias, por meio do em torno material, que conserva as marcas do passado e, também, da história oral, tornando possível o rememoração de uma memória individual e coletiva. Também, é possível, enfocar as ações da proposta como um dos elementos possíveis para exploração turística da região, num contexto mais amplo, associando projetos de turismo histórico, agroturismo e ecoturismo, gerando meios e recursos para uma preservação do Patrimônio Cultural sustentável. As características socioculturais dos municípios, onde se localizam os cemitérios em estudo, poderão levar à constituição de atividades turísticas, en-



volvendo atividades agroindustriais, ecoturísticas e históricas, como o desenvolvimento de visitação guiada a pontos históricos, cemitérios, casarões e cavernas, estimulando, assim, os setores do agronegócio, do comércio e de serviços, além de possibilitar o manejo sustentável, tanto do patrimônio natural, ecológico, quanto do histórico existente.

As atividades propostas poderão ser desenvolvidas com alunos do Ensino Fundamental e Médio, devendo, impreterivelmente, ser preparadas, com antecedência, por meio de planejamento específico, atendendo à realidade em que vive o grupo de alunos envolvidos na ação. Todavia, parte-se de uma fundamentação teórico-bibliográfica e da pesquisa no local, que deve estar finalizada, antes da realização das atividades de campo com os alunos.

Além disso, faz-se necessário desenvolver, preliminarmente, em sala de aula, com os alunos, discussões sobre os temas elencados na proposta. Nesta primeira fase, motivar-se-á, na turma, pesquisas bibliográficas, entrevistas com familiares, aulas expositivas dialogadas, a partir dos conhecimentos já sistematizados disponíveis, construções de sínteses e debates, acerca da morte, suas representações, seus rituais, no presente e no passado, uma vez que o objeto cultural em questão é um cemitério, seu significado para as diferentes sociedades, especialmente para a cristã ocidental; sua natureza biológica, como última etapa na existência dos seres vivos e humanos; a importância do cemitério, como lugar de memória da comunidade; as construções tumulares, sua arquitetura e estilos artísticos, como sinais da representação das relações sociais e de poder, bem como a organização espacial do território do cemitério, numa tentativa de estabelecer paralelos entre a trajetória de constituição do espaço urbano no tempo.

Também, deve-se procurar desmistificar as informações já sistematizadas sobre a história local, muitas vezes, tida como pronta e acabada, rompendo com a condição de passividade, demonstrando que todos são responsáveis pelo destino do patrimônio de sua família e da comunidade, e que pessoas simples, muitas vezes, anônimas, ocultas na escrita da história da cidade, por efeito do esquecimento, também participam dos momentos importantes, sendo co-autoras da memória coletiva do lugar.

Na segunda fase, promover-se-á uma visita ao cemitério, perfazendo uma caminhada guiada, que obedecerá a um roteiro. Por exemplo, na entrada do cemitério, os alunos poderão ser levados à observação do aspecto geral do mesmo, sendo induzidos a anotar o que lhes chama mais atenção, em relação aos túmulos e sua disposição no espaço funerário. A caminhada poderá se iniciar pelos túmulos dos fundadores do núcleo urbano. Poderá ser solicitada, aos alunos, a observação minuciosa destes túmulos e que, na medida do possível, sejam reproduzidos, através de desenhos, do registro fotográfico e das inscrições constantes nos túmulos. Na continuidade da caminhada, se solicitará que observem, ao longo do trajeto a ser feito, dentro do cemitério, se há outros túmulos semelhantes.

Também será pedido que a turma se organize em grupos, de até quatro alunos cada, a fim de descobrir túmulos de imigrantes e/ou descendentes, que tenham sido sepultados no local, anotando os dados e sua localização dentro do cemitério. Simultaneamente a isso, poderão analisar os padrões tumulares existentes no cemitério, enfatizando os mais antigos.

Após a realização da caminhada descrita no roteiro acima, será, ainda, solicitado que estes grupos, através de entrevistas, procurem descobrir a procedência dos túmulos ali existentes, como eram produzidos e o que representavam os diversos símbolos presentes nos mesmos para as pessoas que freqüentam o cemitério. Estas atividades extraclasse têm como objetivo, por intermédio da história oral, resgatar memórias e representações da comunidade, ao longo de uma época. Na medida do possível, poderá ser solicitado que os grupos de alunos procurem obter fotografias antigas da cidade, dos seus primeiros tempos, das pessoas que a habitavam e, até mesmo, do próprio cemitério, para estabelecer as noções de mudanças e continuidades, no meio cultural e geográfico.

De volta à sala de aula, será necessária a realização de uma discussão sobre a visita, recolhimento das impressões que os alunos tiveram e a reunião das informações que foram coletadas.

As análises dos materiais e os estilos das construções tumulares, apoiados em bibliografia especializada, possibilitarão aos alunos analisarem as representações das relações sociais e



de poder existentes no cemitério. Dessa forma, poderá ser discutida, além dos túmulos em si, sua localização, a concentração étnica verificada durante a visita. A montagem de uma maquete do cemitério e arredores, reconstruindo a paisagem natural, a partir das informações coletadas nas entrevistas, dá seguimento ao estudo.

A atividade seguinte será a sistematização das entrevistas e a comparação dos relatos orais com textos, há muito publicados, que relatam a história da cidade. Montagem de exposição de fotografias antigas, juntamente com textos produzidos, a partir da análise sob a ótica de mudança e permanência, ampliará a apreensão do conhecimento produzido.

Para finalizar o projeto, poderão ser realizadas mais duas atividades: a primeira em grupo, onde os alunos produzirão textos sobre a cidade, a partir da bagagem aprendida com o contato com a memória individual e coletiva, durante as atividades, pois, assim, estarão tornando um patrimônio centenário inteligível aos olhos da contemporaneidade e, definitivamente, romperão, através desta releitura da cidade, com a história oficial, impregnada na mentalidade coletiva; e a segunda, que proponham outras atividades e roteiros de visitas guiadas, não só ao cemitério, mas também a outros “lugares de memória”, sendo levados a exercer, ativamente, sua cidadania, resgatando, além da memória coletiva, sua identidade.

A exposição dos trabalhos poderá ser organizada como culminância de atividades, que envolvam projetos de Educação Patrimonial com as demais turmas da escola, sendo aberta à comunidade em geral, com a possibilidade da publicação dos textos produzidos, em livros temáticos ou jornais locais.

Como se pode notar, propostas de Educação Patrimonial, por seu caráter interdisciplinar, envolvem infinitas possibilidades de trabalho, integrando várias disciplinas do currículo formal das escolas. Assim, o emprego de conhecimentos de Língua Portuguesa, da linguagem especificamente, é necessário para criação verbal ou escrita. Mas é a pesquisa de termos e linguagens de outras épocas, comparadas à atualidade, que contribui para a compreensão dos processos históricos e culturais, em seus diferentes aportes e elementos.

Também, conceitos e habilidades matemá-

ticas são fundamentais em atividades de detalhamento de um dado objeto, por meio da medição, formas e planos geométricos, bem como aspectos financeiros. Além disso, a área de Ciências Naturais contribui com o conhecimento sobre os materiais, sua composição e sua relação com as questões climáticas. Ainda, na área científica, o emprego da tecnologia, principalmente, da informática, facilita a efetivação do trabalho, como criação de mapas e guias de orientação de visitação, painéis informativos, acervos digitais de dados, montagem de vídeos documentários, etc.

No campo da arte, poderá se buscar o conhecimento acerca das diferentes maneiras de representar um objeto, seu significados simbólicos, com o emprego da fotografia e suas possibilidades tecnológicas, bem como técnicas de escultura, gravação e pintura.

Tanto a Geografia como a História são essenciais, quando tratarmos de localização espacial, dos registros cartográficos antigos e atuais, da procedência de materiais e evolução de técnicas e estilos de produção, da referenciação histórica de lugares, objetos e outros aspectos que constituem o Patrimônio Cultural, que são evidências da continuidade e da mudança dos processos culturais.

Conforme afirma Horta, as contribuições das diferentes áreas do conhecimento, entre outras competências e habilidades, é a

[...] habilidade de interpretar os objetos e fenômenos culturais amplia nossa **capacidade de compreender o mundo**. Cada produto da criação humana, utilitário, artístico ou simbólico, é **portador de sentidos e significados**, cuja forma, conteúdo e expressão devemos aprender a “ler”, ou seja, a “decodificar”. Cada época, circunstância, ou contexto histórico são marcados por “**códigos**” de comportamento, de valores, de costumes, que regem a vida social e suas formas de expressão. O que é válido e pertinente para uma determinada época pode já não o ser nos dias de hoje. Compreender os códigos de uma determinada sociedade nos facilita a compreensão de seu modo de ser e de agir. Para desenvolver este aprendizado, o conhecimento especializado não é essencial. Qualquer pessoa pode fazê-lo, desde que utilize suas capacidades de observação e de análise direta do objeto ou fenômeno estudado, e saiba recorrer a fontes complementares para explorar os dados percebidos. (HORTA, 2003: s.p.)



Como se pode observar, a partir da utilização de uma metodologia simples, são abertas inúmeras possibilidades a fim de que a comunidade se dê conta do quanto é importante, para sua existência, a preservação de seu patrimônio. Os indivíduos passam a se relacionar com o patrimônio, de forma pessoal, e a preservação passa a ser, para a coletividade, um assunto sério. Assim sendo, a discussão, gerada no processo educativo, passa a fazer parte do cotidiano, onde as pessoas se reconhecem e reconhecem, no patrimônio, um pedaço de sua história e de seus descendentes. A preservação, com esta conotação, deixa de ser algo imposto, para ser interiorizada individualmente e em grupo. Por isso, Horta enfatiza que este

[...] aprendizado mútuo que se desencadeia através das memórias compartilhadas, da herança e do patrimônio coletivos, facilita a relação do indivíduo com seu grupo e o seu meio ambiente, conduz à satisfação de suas necessidades vitais de auto-identificação e de reconhecimento, e propicia as condições para a autodeterminação consciente. A metodologia de Educação Patrimonial visa facilitar esse processo e esse aprendizado (HORTA, 1991: 66)

Para tanto, é necessário um envolvimento efetivo do poder público local, em parceria com órgãos de preservação, com vistas a uma instrumentalização de professores, através de cursos e atividades pedagógicas, a fim de criar formas multiplicadoras da concepção e da metodologia da Educação Patrimonial. Pois, somente assim, a escola terá constituído um espaço, onde o exercício da cidadania dos seus alunos, mediante o conhecimento e a valorização dos bens que compõem o patrimônio cultural, se dá de forma efetiva, evitando que se prolongue uma certa “amnésia cultural”, através da busca de significados na convivência, num mundo cada vez mais globalizado.

REFERÊNCIAS

A HISTÓRIA RENASCE. *Nova Escola*, São Paulo, n. 302, p. 30-31, mar.2001.
 ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ALGRAVE, Beatrix. *Arte tumular*, 2002, São Paulo. Disponível em <<http://www.cemiteriosdosmortos.hpg.ig.com.br>> Acesso em: 11 maio. 2004.

BELLOMO, Harry R. O cemitério como fonte histórica. In: *Anais do III Encontro de Pesquisadores do Departamento de História*. IFCH – PUCRS. Porto Alegre: [s.e.], 1996.

_____. A Arte Funerária. In: _____ (org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

_____. As origens da Arte Funerária. In: _____ (org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

_____. _____ (org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; STEPHANOU, Maria. Ensino de História e Educação Patrimonial: memória açoriana. In: PADRÓS, Henrique S. et al. (org.). *Ensino de História: formação de professores e cotidiano escolar*. Porto Alegre: EST, 2002. p. 92-101.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. SP: Contexto, 1998.

BORGES, Maria E. Curadoria e Pesquisa em História da Arte – Exposição: Arte Funerária – A Produção das Marmorarias do Estado de São Paulo (século XIX – XX), 1995, São Paulo. *Anais ANPAP*. Disponível em: <<http://www.arte.unb.br/anpap/borges.htm>> Acesso em: 10 jan. 2004.

_____. Arte Funerária no Brasil, 1999, Campinas. *Anais ANPAP*. Disponível em: <<http://wawrwt.iar.unicamp.br/ampap/anais99/historia16.htm>> Acesso em: 11 jan. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Curriculares Nacionais. *Temas transversais*. Brasília: MEC/SEE, 1998.

BRASIL. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dá outras providências. In: SILVEIRA, Célia; PETER, Diva. *Legislação Básica da Educação Brasileira*. Canoas: EDULBRA, 2001.

CIÊNCIAS & LETRAS, Revista da Faculdade Por-



- to-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, FAPA. Educação e Patrimônio Histórico-Cultural. Porto Alegre, n.27, jan.-jun. 2000.
- _____. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, FAPA. Patrimônio e Educação. Porto Alegre, n.31, jan.-jun. 2002.
- FELIX, Loiva O. *História e Memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- FUNARI, Pedro P. (org.). *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, 2001.
- GARAEIS, Vitor Hugo. *Memória, arte e preservação: uma visita ao Cemitério Católico de Brochier*. Canoas: ULBRA, 2004. Monografia (Especialização em História). Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, Universidade Luterana do Brasil. [s.n.].
- GIOVANAZ, Marlise M. *Rastos da História: a institucionalização da preservação patrimonial em Porto Alegre (1970-80)*. Porto Alegre, 8 mar. 2002. Conferência alusiva aos 100 anos do Arquivo Público do estado do Rio Grande do Sul. [s.n.]
- _____. *Lugares de memória: a preservação patrimonial na cidade de Porto Alegre (1960-1970)*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.
- GIRON, Loraine S. Da memória nasce a história. In: LENKIJ, Tatiana; HELFER, Nadir (org.). *A Memória e o Ensino de História*. Santa Cruz do Sul: Edunisc; São Leopoldo: ANPUH, 2000.
- GONÇALVES, Adilson J. A cidade como objeto de conhecimento. 2003, São Paulo. **Artigos**. Disponível em: ><http://www.misp.pucsp.br/museu/artigos.html>> Acesso em: 23 mar. 2004.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HORTA, Maria de Lourdes P. Educação Patrimonial. In: 1º Congresso Latino-americano sobre a cultura arquitetônica e urbana – Perceptivas para sua preservação, 1991, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: SMC, 1992. p. 59-73.
- _____. Educação Patrimonial. 2003, Rio de Janeiro. *Salto para o futuro – TVE Brasil*. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/boletins2003>> Acesso em: 21 fev. 2004.
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- HUNT, Lynn (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- LEWGOY, Bernardo. Do velho ao antigo: etnografia do surgimento de um patrimônio. In: *Cadernos de Campo – Revista dos Alunos do Programa de pós-graduação em Antropologia da USP, São Paulo, n. 5 e 6, ano 5, 1995/1996*. s.n.
- MONTENEGRO, Antonio T. *História Oral e Memória*. São Paulo: Contexto, 2001.
- MORENO, Tânia M. *O Sagrado e o Profano: o cemitério na Cidade de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.puc-sp.com.br/artigos.htm>> Acesso em: 10 jan. 2004.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto de História*, n. 10, São Paulo, Educ/PUC, 1993.
- PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de história e a criação do fato*. SP: Contexto, 1992.
- REVEL, Jacques (org.). *Jogo de escalas: A Experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- ROUANET, Sergio P. *A Razão Nômade: Walter Benjamin e outros viajantes*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993: p. 63-73.
- SANTAELLA, Lúcia. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- SILVA, Sérgio R. Rocha da; SABALLA, Viviane A. *Pelotas: arte imortalizada*. Pelotas: UFPEL, 1998.
- SILVA, Zélia L. *Arquivos, Patrimônio e Memória*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999.
- SERULNICOFF, Adriana E. Museos históricos, Niños con historia: relato de una experiencia con docentes y alumnos de educación inicial. *Projeto Revista de Educação, História, Porto Alegre*, v.2, n.2, p. 28-31, jan.-jun. 2000.
- STEPHANOU, Maria. Educação Patrimonial: identidade, memórias, Histórias... In: 13º Seminário Nacional de Arte-Educação – Educação 500 anos: processos culturais e interferências, 1999, Montenegro. *Anais*. Montenegro: Fundação Municipal de Artes de Montenegro/RS, 1999, p.46-50.

